

## Coordenadoria de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas

**Processo nº:** 1.104.349

Natureza: Prestação de Contas do Executivo Municipal

**Relator:** Conselheiro Durval Ângelo

**Jurisdicionado:** Município de Ijaci

Exercício: 2020

Responsável: Fabiano da Silva Moreti

## Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador-Geral,

- 1. O Tribunal de Contas, na sessão de 5/3/2024, emitiu Parecer Prévio pela aprovação das contas. Na sequência, o presidente da Câmara municipal foi comunicado para o julgamento previsto no art. 180 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.
- 2. Vieram os autos a este Ministério Público de Contas para análise da legalidade do referido julgamento.
- 3. O Legislativo municipal, composto de 9(nove) vereadores, julgou as referidas contas, na sessão do dia 2/9/2024, conforme Ata e Resolução nº 585/2024.
- 4. Com a presença de 8 (oito) edis, as contas foram aprovadas por unanimidade de votos, acompanhando o Parecer Prévio do Tribunal.
- 5. Considerando que o julgamento realizado pelo Legislativo municipal atendeu aos preceitos legais, em especial ao art. 31 da CR/88 c/c o art. 44 da Lei Complementar estadual nº 102/08, verifica-se que o processo encontra-se apto a ser encaminhado ao arquivo.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2024.

## Vinícius Oliveira de Almeida – Coordenador em exercício

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas (documento assinado digitalmente)



## Coordenadoria de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas

**Processo nº:** 1.104.349

Natureza: Prestação de Contas do Executivo Municipal

**Relator:** Conselheiro Durval Ângelo

Jurisdicionado: Município de Ijaci

Exercício: 2020

**Responsável:** Fabiano da Silva Moreti

À Coordenadoria de Arquivo e Gestão de Documentos,

Tendo em vista que, após análise técnica da documentação acostada, restou constatado pela Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas que o julgamento realizado pelo Legislativo municipal atendeu aos preceitos legais, este *Parquet* Especial remete os presentes autos a essa unidade para arquivamento.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2024.

Marcílio Barenco Corrêa de Mello Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

(documento assinado digitalmente)